

O Mal-Estar da Pós-Modernidade, de Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, 272 páginas.

Pablo Macedo Lionço*

O que se propõe com predicados distintivos à idéia de modernidade, ou o *pós-moderno*, é alvo não só do pensamento que aponta a ausência de elementos necessários à sua inteligência, como também dos que advogam uma modernidade inconclusa. Zygmunt Bauman¹ prestou-se ao enredo da discussão. A sua intrigante anatomia do pós-moderno respeita ao elenco de uma *dimensão de incertezas*, segundo a qual grande parte do corpo de habilidades e perícias humanas – sejam de ordem material ou intelectual – conhece com assustadora brevidade sua inutilidade ou fim. A ordem moderna, ao contrário, possuía regularidades que permitiam prever em certo grau a seqüência de uma causa ou ação, ou uma maior segurança na consecução de determinados fins através do cálculo racional dos meios. A artificialidade da ordem sucedânea, ao tornar a certeza um espectro sombrio e nebuloso, imprime em cada indivíduo uma faculdade que obedece à metáfora da pureza: o puro proporciona uma visão clara da ordem, enquanto o sujo enturva as fronteiras. O esforço de purificação despendido contra a possibilidade de negligenciar a visibilidade da ordem é o esforço contra o sujo, cuja impureza advém da incapacidade de consumir aquilo que se lhe impõe no jogo de seduções do mercado. Os *consumidores falhos* são a sujeira, são estranhos em função das “pessoas do lugar” a quem são outorgados títulos de mérito social pela boa participação no processo de consumo.

É basicamente sobre paridades de oposição como a inação e o movimento, o constante e o incerto que descansa a diferença entre os dois períodos em questão. O que se preservou incólume na modernidade deve aceitar o convite da mudança, pois as tentativas de organizar um ambiente de pureza na pós-modernidade

* Pablo Macedo Lionço é graduando em Sociologia pela Universidade de Brasília.

¹ Zygmunt Bauman é professor emérito de Sociologia nas Universidades de Leeds e de Varsóvia.

passam a admitir um movimento freqüente de fronteiras entre o limpo e o sujo, a ordem e a ameaça. Diante da atração pelo mutável – o que não constitui a eliminação do horror à incerteza, mas a diminuição da escala de aflição face ao imprevisível –, a rotina torna-se a impureza. O gosto pós-moderno pela aventura avança e cria freqüentemente um novo modelo de estranhos e cidadãos pertinentes à ordem. Nas palavras de Bauman, o indivíduo puro

(...) tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação produzida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. (p.23)

Em assim sendo, toda ordem produz mecanismos responsáveis pela imputação de culpa e de violação da normatividade consensual. Desde há muito é reconhecido no Estado, como Max Weber outrora ilustrou, o monopólio legítimo do uso da força física. Os uniformes estatais elaboram a marcha da organização contra aqueles que não se enquadram nos temas dominantes da estética, da moral e da cognição. Num mundo onde as antigas diferenças tornam-se objetos de negociação – em virtude do supramencionado movimento de fronteiras –, a criação de novos estranhos tem contra si duas estratégias, quais sejam: a *antropofágica*, que promove a conformidade por meio da *assimilação* do estranho a uma condição universal, e a diferença como fato da diversidade cultural dissolve-se no projeto homogeneizante do mercado; e a *antropoêmica*, que impele a diferença à *exclusão* ou à *destruição*, pois o “mal” do estranho é incorrigível. Esta última estratégia reconheceu sua mais forte expressão no discurso nazista de “pureza da raça”.

O peso do compromisso com a construção inquieta e incessante das identidades é “potencialmente universal” e se faz sentir em cada personalidade socializada. Todos os esforços que visavam a constituição de um planejamento de metas a longo prazo só podiam ser premiados em uma situação de estabilidade social, onde a prescrição das carreiras e dos objetivos materiais visados era mais factível. As inúmeras e variadas injunções das pós-modernidade criaram um terreno instável de umbrosos limites estruturais, caracterizado principalmente pela anomia² (durkheimianamente falando) universal – que presencia o confronto entre a antiga disposição racional de vida e a ascese da

² Durkheim chama anomia um termo que se refere a uma condição de relativa ausência normativa em uma sociedade inteira ou em algumas de suas unidades constitutivas. A anomia não se refere a um estado mental, mas a uma propriedade da estrutura social ilustrada por uma condição na qual desejos individuais já não são regulados através de um *ethos* comum e onde, como consequência, indivíduos permanecem sem direção moral na perseguição de suas metas.

irracionalidade, entre o valor da tradição e do comunitarismo e a lógica irreduzível de mercado – pela ampliação das dimensões do medo na sociedade, pelo enfraquecimento das *redes de segurança* coletivas expressas na família e na vizinhança e pela divulgação fluente nos meios de comunicação cultural de um omnipresente quadro de caos e imprevisibilidade no mundo. O indivíduo assente cede lugar ao “eu flutuante” que, na metáfora de Bauman, permanece à deriva nas revoltas oscilações da maré mercadológica. O que era para a identidade moderna uma simples questão de *atribuição*, de legado de um leque de escolhas confiáveis, torna-se uma exigência de *realização* do indivíduo, sobre o qual recai toda a responsabilidade pela consumação de sua identidade. Quando Jean-Paul Sartre descreveu a condenação do homem à liberdade, alegou que este só não pode ser responsável pelo fato de *ter de* ser responsável, pois ele não constitui fundamento de si. Nesse sentido, não há condição inumana na sociedade, pois cada um de nós é responsável não apenas pela edificação do seu projeto de liberdade individual, mas também pelo grau de adversidade que vai de encontro às metas subjetivas. A pós-modernidade recitada por Bauman conferiu endosso.

“Os estranhos da era do consumo” são produtos genuínos de um duplo movimento do Estado, que celebra através de um esforço legislativo de manutenção da ordem sua tendência à autodestruição. A ambivalência estatal pode ser observada a partir da ruína do Estado do bem-estar social, fundado sobre uma promissora capacidade de rearticulação dos desempregados ao processo produtivo. O sonho do eterno “seguro coletivo” desmancha-se na ação estatuída e racional do poder público, que incentiva o corte em seu quadro administrativo ao invés de contemplar a massa flutuante com a criação de novos empregos. Ocorre então um processo de “privatização dos riscos coletivamente produzidos”: se já não mais se configura tarefa do Estado – contra a fotogenia de seu próprio discurso – zelar pela assistência aos inaptos consumidores, são agora as forças do mercado responsabilizadas pelo reingresso dos desamparados à condição da pureza social. Privatizar o custeio dos estranhos gerou senão um quadro social ilustrado pelo aumento do número de delitos penais, de cárceres públicos, de advogados forenses e de rendas suplementares pleiteadas junto ao Estado. Os princípios de inclusividade do indivíduo na cadência do consumo encontram-se em alguma medida à mercê de um capital flexível e transnacional, que flui de um local para outro com a mesma dinâmica das informações nas ditas “sociedades baseadas em conhecimento”. A singularidade do método de perpetuação da ordem pós-moderna consiste em promover o consumo irrestrito como normatividade trivial e ação teleológica, conjuntamente à criação um novo grupo de descontentes.

A dignidade do homem advém em larga escala da amplitude de seu inventário material. A proficiência em manter a imagem do indigno na sociedade consiste em imprimir tensão a quem participa do jogo consumista, instando cada jogador a lances ininterruptos. Se alguém ousa cessar o exercício de lançar os dados, é rapidamente comovido pela imagem dos preteridos, dos que não podem arcar com o preço. Estendendo este argumento, Bauman considera a criminalidade como produto legítimo da lógica de consumo, na medida em que o sentido original de grande sorte dos delitos penais – se não diz respeito à subsistência do homem – apela para a satisfação ilícita das necessidades criadas e propagadas pelo mercado. Os confinamentos e as execuções aumentam seu relevo na organização social, fortalecendo as trilhas que levam “do Estado do bem-estar social à prisão”.

Em suas passagens sobre a arte, Bauman sugere a impossibilidade de uma vanguarda artística na pós-modernidade. O veio vanguardista remete a um “posto avançado”, a uma diretriz para o procedimento das vindouras manifestações criativas, e é justamente por vivermos em constante movimento que nos encontramos impossibilitados de precisar uma ordenação do espaço e do tempo; o pós-moderno não possui as referências para instaurar uma linha de frente no campo da arte, pois não consegue situar seu norte ou sua retaguarda. Em consonância com o diagnóstico do autor, se a arte moderna conheceu algum êxito, assim o foi porque serviu à modernidade, cobrando-lhe as promessas proferidas. No pós-moderno presente

a multiplicidade de estilos e gêneros já não é uma projeção da seta do tempo sobre o espaço da coabitação. Os estilos não se dividem em progressista e retrógrado, de aspecto avançado ou antiquado. As novas invenções artísticas não se destinam a afugentar as existentes e tomar-lhes o lugar, mas a se juntar às outras, procurando algum espaço para se mover por elas próprias no palco artístico notoriamente superlotado. (p.127)

A ausência de estratégias de sucessão impele toda criação a um quadro de obsolescência artística quase imediata. As fronteiras da “arte por amor à arte” reclamam governo próprio contra as forças do publicismo e da utilidade da expressão, em um cenário onde a revolução foi substituída pela habitação mútua e cumulativa dos bens artísticos.

No gosto da juventude, o predicado bem-visto do ecletismo – inconfundível com a tendência filosófica do *eclético* – é a expressão reticente de que “tudo é bom, nada é ruim”. O apreço pós-moderno à inexistência de regras e processos rigorosos de constituição da obra de arte abraçou a exegese da criação. A hermenêutica já não admite um sentido concludente e esgotado

da composição e, ao contrário, convida o sujeito a participar da ampliação no escopo da ontologia da verdade. Para Bauman o significado da arte pós-moderna (...) é abrir amplamente o portão às artes do significado. (p.141)

Religião pós-moderna? O título foi conquistado pelo *fundamentalismo*, em virtude de seu envolvimento com os progressos tecnológicos da modernidade. As angústias individuais que respeitam à experiência da liberdade, à obrigação de selecionar escolhas e se fazer responsável em situações de risco encontram nas modalidades fundamentalistas de religião o imperativo do agir orientado. A negação da auto-suficiência do homem é o fundamento a partir do qual se pode prescrever a normatividade de suas ações práticas e atenuar a sensação de desamparo. Às ocasiões da vida coletiva contaminadas pela incerteza são conferidas respostas disciplinadoras, que diminuem sobre os ombros do séquito o peso da racionalidade do mercado. Emancipar o homem pós-moderno do temor gerado pela desregulamentação é um dentre os fascínios que ornamentam o discurso dos grupos fundamentalistas – como “o *intégrisme* islâmico dos aiatolás ou o estilo da Irmandade Muçulmana, a seita Lubávitch, do movimento chassidístico atual, como as igrejas evangelistas do Cinturão Bíblico”. A qualidade das respostas parece, para Bauman, importar menos do que a genuinidade das perguntas das quais se ocupam tais religiões.

Sem esgotar as possibilidades de retratar a pós-modernidade, Bauman conclui contra a *hermenêutica singularizadora* que ameaça as versões sobre o nosso tempo. O assassinio é cometido em nome da verdade, de um pensamento conceitual que também cambaleia com as incertezas pós-modernas. Assim arrisca o autor:

Estive procurando uma metáfora que desembaraçasse o caminho que conduz a um novo paradigma, uma metáfora que capturasse precisamente a inquietação, adaptabilidade, subdeterminação endêmica e imprevisibilidade das atividades culturais (...) escolhi o modelo da *cooperativa de consumidores*. (p.168)

Se para Freud a ação civilizadora universaliza uma condição de renúncia à satisfação das pulsões de vida e de morte, ou em Lévi-Strauss – talvez o primeiro a sinalizar contra a noção de cultura enquanto “fábrica de ordem” – a inquietação ordenadora da cultura é uma ação não ordenada e incapaz de ser capturada em uma “estrutura” totalizante, e para tantos outros inúmeras leituras, a pós-modernidade transborda. A *cooperativa de consumidores* de Bauman agrega-se ao conjunto das interpretações que privam do sentido finalístico de estabelecimento de ordem as atividades culturais. Em seu modelo de cooperativismo, quanto mais o membro consome, mais ganhos aufere. O mando é plural. Todo ato itera a apropriação contínua de bens e serviços, proporcionando

uma visão sempre inconsumada da satisfação e da felicidade. Há algo sempre adiante que a mão esforça-se por alcançar. Todo ato itera. E o canto pós-moderno obedece.

Sociologia, para quê?

*Roberto S. C. Moreira**

Professora Ana Maria Fernandes, Decana de Pesquisa e Pós-Graduação, aqui representando o Magnífico Reitor da Universidade de Brasília, Senhor Oswaldo de Jesus Serra Van-Dunem, Embaixador de Angola. Professor João Gabriel Teixeira, Diretor do Instituto de Ciências Sociais. Chefes de Departamentos, Coordenadores e demais membros da Mesa. Senhoras e senhores. E, sobretudo meus caros formandos.

Em uma noite do final do ano de 1971 eu me encontrava em um auditório improvisado na entrada sul do Instituto Central de Ciência, participando, como formando, da solenidade de colação de grau de bacharel dos alunos de Ciências Sociais desta Universidade.

Hoje, ao receber o convite de vocês para ser o patrono da turma de sociologia do primeiro semestre de 1998 é inevitável eu me lembrar daquela formatura.

Passaram-se 27 anos e certamente muita coisa aconteceu durante este tempo. Na minha vida pessoal, por exemplo. Fui jornalista, publicitário e professor no que era o Departamento, hoje Faculdade, de Comunicação da UnB, onde, aliás, fiz o Mestrado.

Em seguida trabalhei na área da cultura da Administração Pública Federal, mais precisamente no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Há relativamente pouco tempo voltei ao meio acadêmico, fazendo o Doutorado em

* Roberto Sabato C. Moreira é doutor em sociologia e professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Discurso como patrono dos formandos de Sociologia do primeiro semestre de 1998 da Universidade de Brasília, em 17 de outubro de 1998.